



Há consonância das decisões judiciais com a separação dos poderes?

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Sarah Alves Moreira Neves
Maria Fernanda Lourenço

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Resumo

Montesquieu, em sua obra o Espírito das Leis (1748), em seu livro XI, capítulo IV diz “para que não se possa abusar do poder, é preciso que pela disposição das coisas, o poder detenha o poder” trazendo no decorrer do livro a ideia de três poderes harmônicos e independentes entre si. Infere-se com isso que o pensador tinha o intuito de dispersar o poder estatal para que este não se torne autoritarista, como já vistos em governos passados. Pode-se ver que Montesquieu relata em seu livro que deveria haver uma certa separação harmônica e não uma segregação integral entre os poderes, para que não haja a sobreposição de um único. Portanto, nessa linha de raciocínio, questiona-se se no panorama nacional as decisões judiciais ferem a discricionariedade do Poder Executivo. Se Montesquieu baseia a democracia na separação dos poderes, talvez ao violar os atos do Poder Executivo o Judiciário viole a democracia?